

## **Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes**

Shoah or Holocaust: the names aporia

Leila Danziger\*

**Resumo:** Embora Elie Wiesel tenha deixado de empregar a palavra Holocausto, “desnaturada à força de utilização”, sua preferência por Acontecimento (*Événement*) ou Reino da Noite revela o teor místico que configura sua memória. Para ele, o Holocausto situa-se além do entendimento. Este artigo analisa a aporia dos nomes em relação à Shoah.

**Palavras-chave:** Shoah. Holocaust. Word.

**Abstract:** Although Elie Wiesel has ceased to employ the word Holocaust, "denatured by force", his preference for event (*Événement*) or Kingdom of Night reveals the mystical content that sets up your memory. For him, the Holocaust is beyond understanding. This article discusses the aporia of the names in the Shoah.

**Keywords:** Shoah. Holocaust. Word.

Uma palavra, bem sabes: um cadáver

Paul Celan

### **Introdução**

Como nomear a “destruição dos judeus da Europa” – título do clássico estudo de Raul Hilberg – perpetrada pelos nazistas, na Segunda Grande Guerra? Este “evento-limite”, na expressão de Saul Friedländer, é inapreensível sob o termo genocídio e sua designação restritiva ao genos – família, tribo ou raça. Sabemos que a existência dos campos de extermínio, no coração da Europa, não afeta apenas este ou aquele grupo humano, mas altera, de modo radical, a própria idéia de humanidade. Ao recusarmos o termo genocídio, incapaz de fazer face à complexidade desse evento-limite, nos deparamos com as denominações Holocausto, Churban, Shoah, Solução Final e, muitas vezes, a terrível contundência do substantivo próprio Auschwitz. Todos os termos são parciais e insatisfatórios, impregnados de concepções históricas, políticas, filosóficas ideológicas e teológicas.

Mostram que a única possibilidade de aproximar-se desse acontecimento histórico é abdicar de compreendê-lo e representá-lo em sua totalidade. É impossível abarcá-lo sob uma designação única, assim como subordiná-lo a uma visada histórica que englobe reconstruções informadas por perspectivas tão distintas. A soma dos fatores jamais resulta num todo coerente. Concordo com Dominick La Capra, que embora utilize o termo Holocausto em seus ensaios, reconhece que, nessa área, inexistente escolha puramente objetiva, afirmando que talvez seja melhor não nos fixarmos em nenhum dos termos, mas usá-los, indicando sempre suas limitações. (LA CAPRA, 1992, p. 357, n. 4.)

Mais do que reiterar o topos do indizível, trata-se aqui de assinalar a busca renovada e incessante de formas possíveis – parciais e humanas – de aproximação, testemunho, compreensão e representação, sem jamais ignorarmos a advertência de Friedländer: o grande perigo da memória de Auschwitz, é que esqueçamos o horror por trás das palavras. (FRIEDLANDER, 1992, p. 1.)

### **1 Holocausto, Churban, Shoah**

Nos últimos anos da década de 1950, o termo Holocausto adquiriu significado específico relativo ao aniquilamento das comunidades judaicas européias (YOUNG, 1997, p. 145). Elie Wiesel, sobrevivente de Auschwitz e laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1986, foi um dos primeiros a utilizar o termo. “Eu procurava um termo suscetível de traduzir o que havíamos vivido e não o encontrava (...). Guerra, tragédia, destruição: essas palavras não me convinham e eu procurava uma outra. Nesta época, eu estudava o sacrifício de Isaac. E encontrei no texto o termo holocausto, em hebraico “ola”, que significa oferenda pelo fogo. Ele ressoava com tonalidade diferente, implicava um aspecto místico.” (COHEN, 1987, p. 54.)

De origem religiosa, o termo Holocausto empresta caráter voluntário e passivo à morte, aceita em submissão à vontade divina. Em célebre passagem do Gênesis, a voz de Deus dirige-se a Abraão: “Toma, rogo, teu filho, teu único, a quem amas, a Isaac, e vai-te à Terra de Moriá, e oferece-o ali como holocausto, sobre um dos montes que te direi”. (...) E tomou Abraão a lenha de holocausto, e a pôs sobre Isaac, seu filho; e tomou em sua mão o fogo e a faca; e andaram ambos juntos”. (MELAMED, 1962, p. 44.)

Embora Wiesel tenha deixado de empregar a palavra Holocausto, “desnaturada à força de utilização”, sua preferência por Acontecimento (Événement) ou Reino da Noite revela o teor místico que configura sua memória. Para ele, o Holocausto situa-se além do entendimento. “A matéria estudada é feita de morte e mistério, ela escorre entre os dedos, corre mais rápido que nossa percepção: ela está toda em parte e em lugar algum.” (COHEN, 1987, p. 25) Os livros e testemunhos de Elie Wiesel contribuíram decisivamente na progressiva quebra do silêncio em torno do programa de extermínio dos judeus. Mas relegar o empreendimento criminoso nazista ao plano místico e renunciar à tentativa de compreendê-lo como fenômeno histórico significa esquivar-se de um corajoso e doloroso exercício de autoconhecimento. Implica a crença, talvez reconfortante, mas já de fato superada, de que os Lager – os campos de concentração e extermínio - não são produtos de nossa civilização, que sua incrível carga destruidora não foi tramada lado a lado às noções de Racionalidade, de Indivíduo, de Estado, entre tantas outras, que entre crises e perplexidades, estruturam-nos ainda hoje, embora de modo extremamente precário. Zygmunt Bauman demonstrou, quase à exaustão, que o Holocausto é um morador legítimo da casa da modernidade; “com efeito, um morador que não poderia se sentir em casa em nenhum outro lugar” (BAUMAN, 1998, p. 37).

Alguns pensadores evitam terminantemente o termo Holocausto, dentre os quais Giorgio Agamben. O filósofo italiano identifica no termo não apenas a “equação inaceitável entre fornos crematórios e altares”, mas também resgata sua “herança semântica que possui desde a origem uma coloração antijudaica”. A história semântica do termo Holocausto é, principalmente, cristã, pois os homens da igreja o utilizaram para traduzir, sem maiores rigores, a doutrina complexa do sacrifício na Bíblia. (AGAMBEN, 1999, p. 34-36.)

Já Domick La Capra argumenta que não há termos inocentes e Holocausto pode ser uma das melhores escolhas num campo de imensa tensão lingüística. Ressalta que empregar termos como Aniquilação ou Solução Final, implicaria repetir, inadvertidamente, a terminologia nazista. O termo Holocausto desempenhou um papel importante no próprio discurso das vítimas e há motivos éticos para honrar essa escolha. Por outro lado, seu uso preferencial de modo amplo, contribuiu para sua banalização, mas também ajudou a neutralizar suas conotações sacrificiais. Embora, salienta ainda La Capra, devemos prestar atenção a seu papel no que Alvin Rosenfeld chamou ‘a pornografia do Holocausto’, promovida especialmente pela popularização e comercialização na mídia. (LA CAPRA, 1992, p. 357.)

Antes da ampla utilização do termo Holocausto, Elie Wiesel conta que após a guerra era comum entre judeus a pergunta: “onde você estava durante o Churban?” (COHEN, p. 54) A palavra significa, em hebraico, destruição e não é isenta de conotações religiosas, pois situa o massacre atual num plano divino de expiações. Churban – ou mais precisamente Terceiro Churban - insere o projeto nazista de extermínio em relação direta com as duas destruições do Templo de Jerusalém.

O termo Churban caiu em desuso sendo preterido, inicialmente entre os judeus, em favor de Shoah – devastação ou catástrofe em hebraico. Este tampouco teria significado puramente secular, pois nos textos bíblicos - e o Livro de Jó, embora não faça parte da Torah, é bom exemplo – a catástrofe seria enviada por Deus. (HAIDU, 1992, p.279) Por outro lado, catástrofe “vem do grego e significa, literalmente, “virada para baixo” (*kata + strophê*)” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 8) e assinala a óbvia permeabilidade entre tradições, pois catástrofe é o fim decorrente da ação trágica. O termo começou a ser utilizado ainda na Palestina, nos anos de guerra, quando surgiram os primeiros relatos dos massacres perpetrados na Europa. Estes já surgiram acompanhados pela consciência da estarrecedora singularidade desse acontecimento histórico.

Menos específico e, portanto, mais flexível que Churban, em Shoah, não obstante, está contida a representação deuteronômica da devastação e sentença divinas. Mas o lastro religioso foi progressivamente esvaziado por historiadores, escritores e teólogos que, em Israel, recusaram o endereçamento do conceito a suas raízes religiosas e sua interpretação em sentido metafísico, alterando assim suas pesadas conotações de expiação e castigo. O modo como o próprio termo é utilizado atualmente contém novos significados e, à luz de seu passado bíblico, informa experiências atuais.

A palavra hebraica dá título ao célebre filme de Claude Lanzmann, e esta, talvez, seja a razão de sua utilização predominante na França, enquanto nos Estados Unidos – e por extensão no Brasil – emprega-se ainda com mais freqüência o termo Holocausto. O filme de Lanzmann é marcado pela multiplicidade de línguas, cujas traduções não pretendem pacificar a diversidade, constituindo-se em meio reflexivo. Para Shoshana Felman, a intraduzibilidade de Shoah sinaliza justamente aquilo do qual a língua não pode testemunhar sem desintegrar-se. (FELMAN, 1990, p. 58.)

## **2 Solução Final**

“Solução Final da questão judaica européia” (Endlösung der europäischen Judenfrage) foi o principal assunto na pauta da Conferência dos Subsecretários de Estado, conhecida como Conferência de Wannsee, ocorrida numa bela mansão às margens do lago num subúrbio elegante de Berlim. Liderada por Reinhard Heydrich, e com a presença de oficiais, dentre eles Adolf Eichmann, realizou-se em 20 de janeiro de 1942, e ao longo de uma hora e meia, decidiu-se o extermínio de onze milhões de pessoas, tratando-os como problema social, político e ético. A questão judaica era apenas o primeiro patamar da “nova ordenação da política racial da Europa”, para a qual Himmler havia desenvolvido ainda um plano que previa a evacuação de trinta milhões de eslavos.

Na construção mítica do Reich de mil anos, os judeus figuravam como um antítipo, o bastardo por excelência. Para os nazistas, o judeu é o homem do universal abstrato, oposto ao homem da identidade singular e concreta. Rosenberg, ideólogo do nacional-socialismo, considera “que o Judeu não é o antípoda do Germânico, mas a sua contradição, o que sem dúvida quer dizer que não se trata de um tipo oposto, mas da ausência mesma de tipo, como perigo presente em todo bastardo, que também é sempre parasitagem”. (LABARTHE, 2000, p. 53) Na ideologia nazista os judeus passaram

de Untermenschen (sub-humanos) a vermes a serem exterminados. Seria mera coincidência que o gás utilizado inicialmente nos caminhões e em seguida nas câmaras de gás fosse Ziklon B, um pesticida?

A Solução Final, acertada em Wannsee, refere-se assim ao processo burocrático e industrial de extermínio que tornaria a Alemanha “limpa de judeus”. São criados diversos termos técnicos que caracterizam uma retórica da ambigüidade, repleta de eufemismos e perífrases. Os ideólogos nazistas pleiteavam uma linguagem adequada à decisão de extermínio, que, uma vez cumprida, deveria, como os judeus, desaparecer sem deixar documentos ou vestígios. Assim, a história do curto Reich Milenar pode ser relida como guerra contra a memória, afirmou Primo Levi. Em seu julgamento em Jerusalém, Eichmann lembra que os detalhes técnicos sobre o assassinato em massa foram discutidos abertamente na Conferência de Wannsee, mas as formulações do protocolo foram redigidas em várias versões para esconder do leitor atento sua verdade aterradora (SCHOENBERNER, 1998, p. 55). Tendo como base o depoimento de Eichmann durante o julgamento em Jerusalém, Hanna Arendt reporta a desenvoltura com que as questões técnicas foram tratadas:

A discussão voltou-se primeiro para ‘as complicadas questões legais’, como o tratamento a ser dispensado aos que eram meio ou um quarto judeus: eles deveriam ser mortos ou apenas esterilizados? Em seguida, houve uma discussão franca sobre os “vários tipos de solução possível para o problema”, o que queria dizer os vários métodos de matar, e aqui também houve mais que ‘alegre concordância entre os participantes’; a Solução Final foi recebida com ‘extraordinário entusiasmo’ por todos os presentes (...). (ARENDR, 2000, p. 129.)

Um aspecto importante da ideologia nacional-socialista foi também a manipulação da língua alemã. A *Lingua Tertii Impirii* ou simplesmente L.T.I., denominação de Victor Klemperer para a língua do Terceiro Reich, é marcada por deslocamentos semânticos e o abuso de adjetivos tais como “völkisch” - popular -, impregnado pela arrogância nacionalista e “fanatisch”, transformado em qualidade positiva. Nos diários de Klemperer são constantes as anotações referentes à manipulação da língua alemã:

A LTI está tão uniforme porque toda a imprensa está sob uma única direção, porque toda palavra do Führer e de alguns subführers é utilizada milhões de vezes como numa oração e num catecismo. Todos dizem ‘rígido’, todos dizem ‘fanático’, todos dizem ‘comunidade conspiratória’, todos dizem ‘único’. (KLEMPERER, 1999, p. 390-400.)

Constata Primo Levi, “é óbvia a observação de que, quando se violenta o homem se violenta também a linguagem”. (LEVI, 1987 p. 57.) Para o escritor italiano, a deterioração da linguagem é uma das especificidades da experiência dos campos da morte:

Na memória de todos nós, sobreviventes, sofrivelmente políglotas, os primeiros dias de Lager ficaram impressos sob a forma de um filme desfocado e frenético, cheio de som e de fúria, e carente de significado: um caleidoscópio de personagens sem nome nem face, mergulhados num contínuo e ensurdecedor barulho de fundo, sobre o qual, no entanto, a palavra humana não aflorava. Um filme em cinza e negro, sonoro mas não falado”. (LEVI, 1987, p. 57.)

Enfrentar o emudecer é, justamente, uns dos desafios da poesia de Paul Celan. Originário da Mitteleuropa como Kafka e Elias Canetti, Celan nunca foi cidadão alemão. Mesmo a política de extermínio e a violência manifesta na linguagem administrativa do Terceiro Reich foram incapazes de fazê-lo abandonar a língua materna. Reconhecendo o caráter degradado da língua alemã, Celan

afirma o esforço daquele que “vai à língua com seu ser ferido de realidade e em busca de realidade” e em sua poesia manifesta, de modo radical, a complexa adesão à língua alemã.

A poesia de Celan acolhe termos típicos do ídiche, língua judaico-alemã cuja origem remonta ao século X. Falada pelos judeus originários da Europa oriental, nos séculos XVIII e XIX, foi considerada por parte da própria comunidade judaica esclarecida, um desprezível linguajar popular. Na tradição literária alemã, a língua dos judeus do leste europeu que buscavam integrar-se à Alemanha reveste-se de caráter pejorativo. A propaganda nazista empregou-a em estereótipos lingüísticos, de modo a enfatizar a imagem repulsiva da “subcultura judaica”. Celan acolhe a linguagem das vítimas, - é clara a presença do ídiche em *Conversa na Montanha*, inserindo-a na literatura de língua alemã, restituindo-lhe dignidade e, assim, conferindo nova integridade e humanidade à própria língua alemã ensombrecida. É importante observar que o ídiche é “um dos exemplos mais inusitados de uma língua estruturalmente moderna, a tal ponto que nem sequer a destruição da maioria de seus falantes no Holocausto (...) logrou aniquilá-la por completo”. (GUINSBURG, 1996, p. 36.)

Celan inscreveu, de forma críptica, nomes e datas em seus poemas. Em *O Meridiano*, discurso proferido ao receber o prêmio George Büchner, em 1960, o poeta pergunta se todo poema não conteria a inscrição de seu próprio ‘20 de janeiro’, referência tanto ao Lenz, de Büchner, que “em 20 de janeiro saiu pelas montanhas”, mas também ao 20 de janeiro de 1942, dia em que se realizou a Conferência de Wannsee e a decisão pela Solução Final. Jacques Derrida, à escuta das datas em Celan, busca no corpo do poema suas memórias superpostas, suas incisões, cicatrizes, marcas do tempo e do espaço, marcas de alianças feitas e, sob violência extrema, rompidas, mas sempre presentes, inscritas, atuantes.

### 3 Auschwitz

Auschwitz, ou melhor Oswiecim, é considerada pelos alemães uma cidade estrangeira. Numa obra de referência, publicada em 1996, os historiadores Robert Jan van Pelt e Debórah Dwork buscam reintegrar a cidade à Alemanha, examinando as relações entre os Estados Alemães e o Leste Europeu, buscando compreender como a “cidade normal”, com seu curso de vida regular, transformou-se em centro industrial da morte. Relembra que Auschwitz foi fundada, pelos alemães, em 1270 e que possui 700 anos de história alemã. Mostram que a propaganda nazista defendia a conquista da Polônia como um autêntico retorno, como realização do plano dos antepassados germânicos. O leste europeu, particularmente a Polônia, era visto “como espaço de destino dos alemães”. A germanização da Polônia relaciona-se ao “problema judaico” e implica o desaparecimento dos judeus, que encontram no leste, reconhecem os nazistas, uma potente reserva de forças.” (DWORK, 1996, p. 24.)

Como nenhum outro, o nome Auschwitz tornou-se sinônimo do extermínio dos judeus europeus e tem sido suficiente para designar, além do campo em território polonês, além mesmo do complexo de campos de concentração e extermínio (o “universo concentracionário”), todo o conjunto de procedimentos criados pelos nazistas para aviltar a vida e a morte de parcelas da espécie humana. Declarada pela UNESCO, em 1978, “lugar de memória mundial”, em Oswiecim, a complexa memória de Auschwitz gradativamente desaparece (SPIELMAN, 1994, p. 147-152), dando lugar a uma memória asséptica, esvaziada de conflitos autênticos, anulada em sua trágica diversidade. Em 1947, o parlamento polonês afirmava que “as ruínas de Birkenau deveriam ser mantidas para sempre como monumento à história de sofrimentos do “povo polonês” e dos outros povos”. Assim, na Polônia, Auschwitz foi antes de tudo local de martírio nacional. Dez anos depois, o Comitê Internacional de Auschwitz, composto por sobreviventes, promoveu um concurso internacional para a realização de um monumento no campo. Após inúmeras dificuldades de chegar a um consenso, o júri - formado por artistas, arquitetos, críticos, sobreviventes e presidido por Henry Moore - selecionou, em 1959, o

projeto de autoria de um grupo de artistas. Na época, Moore já afirmava sua descrença na capacidade de qualquer obra de arte traduzir os sentimentos evocados pelo campo de extermínio. Ao fim e ao cabo, o projeto premiado nunca foi realizado. O que se inaugurou, em 1967, nada possui em comum com o trabalho selecionado em 1959. Este, originalmente concebido como monumento a todos os grupos humanos desaparecidos nos campos da morte, opunha-se, entre inúmeros outros aspectos, ao monumento efetivamente erguido, restrito à lembrança dos prisioneiros políticos. Na inauguração, os assassinados receberam postumamente a Ordem Grünewald, a mais alta distinção militar polonesa. Neste contexto, os judeus - esmagadora maioria entre as vítimas de Auschwitz, considerados pelos nazistas os mais inferiores na hierarquia dos campos - são mencionados apenas de passagem.

Destinados não apenas às comunidades judaicas européias, nos primeiros anos do pós-guerra, os campos de extermínio eram apreendidos principalmente sob a óptica marxista. De modo sumário, compreendia-se que o combate pelo poder era travado, nos campos, entre os prisioneiros políticos (comunistas principalmente) e os “triângulos verdes” (criminosos comuns que portavam distintivos dessa cor). Tal sistema interpretativo não enquadrava homossexuais, ciganos, testemunhas de Jeová, tampouco judeus. Como lembra Vidal-Naquet, a guerra dos nazistas contra as comunidades civis judaicas passou da periferia ao centro da reflexão sobre a Segunda Grande Guerra após um longo período de incubação. (VIDAL-NAQUET, 1995, p. 282-283.)

Na França e na Bélgica, quando terminada a guerra, todo reconhecimento público destinou-se aos deportados que haviam participado da Resistência. A discriminação entre deportados raciais e políticos foi adotada legalmente, pela vigência de dois estatutos distintos: para os deportados tendo comprovadamente participado de “atividade patriótica desinteressada”, destinou-se honras e glórias, enquanto que os deportados por motivos raciais beneficiaram-se apenas de reparações materiais. O testemunho emblemático na época era dos sobreviventes de Buchenwald e Dachau, campos de prisioneiros políticos.

Hoje é desnecessário lembrar que o anti-semitismo era o centro ideológico do hitlerismo. Mas enquanto nos anos de guerra, os judeus estavam no epicentro da tormenta, nas comemorações do pós-guerra, tiveram lugar marginal. Em 1946, Sartre mencionava a vergonhosa e surpreendente exclusão. Lembrava aqueles que reivindicavam ser do interesse dos próprios judeus que não se falasse neles. “Durante quatro anos a sociedade francesa viveu sem eles, não convém assinalar sua reaparição. (...) Eles efetuaram uma volta clandestina e sua alegria de serem liberados não se fundiu à alegria da nação”. (SARTRE, 1946, p. 53)

Por ocasião destas observações, ainda não existia o Estado de Israel, embora sua fundação fosse iminente. Certamente deve-se ao Estado recém-fundado o progressivo dimensionamento dos crimes cometidos contra as populações judaicas na Europa e a emergência do dever de memória. Como observa Norbert Elias, “o principal quadro de referência do que é recordado como história continua sendo até hoje um Estado, e os livros de história ainda são, sobretudo, crônicas de Estados. (...) A lembrança dos judeus assassinados foi reacendida graças ao novo Estado judaico e a seus recursos de potência”. (ELIAS, 1997, p. 269-270.)

Sob o nazismo, os judeus alemães tiveram negados, progressivamente, todos os direitos civis. Além disso, para o sucesso da deportação dos judeus de toda a Europa (com exceção da Dinamarca) foram necessárias medidas legais que os tornassem apátridas. Despojados de cidadania, não poderiam ser reivindicados por nenhum país. Em 1939, Martin Buber observava, com amargura, que são comuns as traições cometidas pelos cidadãos em relação ao Estado, mas é de difícil enquadramento a traição perpetrada pelo Estado contra uma parcela de seus cidadãos, destruindo o contrato que funda o

político. (BUBER, 1993, p. 154) Como Hanna Arendt nos faz compreender, a verdade do Político é seu caráter relacional (“estar entre os homens” - inter homines esse). Sua essência está na noção de igualdade. Seu ponto de vista não pode ser atribuído à dominação da singularidade de qualquer categoria social. Mas há também outra face do político, lembra Paul Ricoeur, a da alienação, pois o mal político não é um elemento exógeno ligado à contingência, aos maus governantes. Não que o poder em si seja o mal, mas o político é uma dimensão do humano eminentemente sujeita ao mal. Desde então, afirma Ricoeur, “o homem não pode anular o político, sem anular sua própria humanidade”. (RICOEUR, 1964, p. 260.)

Numa reflexão corajosa, Giorgio Agamben interroga a estrutura jurídico-política dos campos nazistas, recusando-se a confiná-los no passado, encarando-os, inversamente, como a matriz oculta, o nómos do espaço político em que ainda vivemos. (AGAMBEM, 2001, p. 173) Os campos de concentração, que não foram criados pelo regime nacional-socialista, - mas que tem em Auschwitz, campo de concentração e extermínio seu aperfeiçoamento máximo - nascem, não do direito comum, e sim do estado de exceção e da lei marcial. Agamben demonstra o nexos constitutivo entre estado de exceção e campo de concentração e afirma: o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção torna-se regra.

### **Conclusão: um sopro**

O que todas as denominações analisadas possuem em comum é o caráter parcial e insatisfatório. A aproximação deste acontecimento histórico é rodeada de formas aporéticas, que reafirmam tanto a absoluta necessidade de seu enfrentamento, quanto a impossibilidade da tarefa empreendida. Com o desaparecimento progressivo dos sobreviventes da Shoah, as gerações seguintes assumem o trabalho de elaborar e transmitir esta memória, ou seja, de encontrar palavras, formas, imagens e sons que a atualizem e a humanizem, incorporando-as, na medida possível, à vida presente. Essa exortação será respondida pela história e pela literatura e, também, pela arte, mais exatamente, por práticas artísticas expandidas, que desacreditam na separação rígida entre os discursos históricos e as representações da imaginação. Para “transmitir a experiência terrível”, afirmou Geoffrey Hartman, “precisamos de todas as nossas instituições da memória: da escrita histórica tanto quanto do testemunho, do testemunho tanto quanto da arte”. (HARTMAN, 2000, p. 215.)

Para Jean-Luc Nancy, a palavra hebraica Shoah substitui todas as outras designações. Ela permanece indecifrável, mesmo que traduzida e interpretada. Sua opacidade é precisamente o que lhe confere maior potência de significação. Shoah é um murmúrio,

um sopro que não fala realmente, um sopro de depois da palavra e antes de uma outra palavra. O intervalo entre uma expiração e uma inspiração (...). Esse intervalo não se refere à memória, nem ao esquecimento. Ele não habita a dimensão da história. Ele está na dimensão do presente: ele define nosso presente, ele o apresenta inteiro como em suspenso, uma longa síncope de sentido. (NANCY, 1996, p. 124.)

Shoah é um sopro que nos faz ouvir a impossibilidade da palavra “humanidade” – essa idéia, sua imagem, seu projeto; um sopro, não propriamente culpado, mas infame, afirma o filósofo francês.

Na poesia de Celan encontramos também sopros, balbúcias desarticuladas, palavras hesitantes. Em *Quem sou eu, quem és tu?*, comentário sobre o ciclo de poemas *Hausto-Cristal*, belamente traduzido por Raquel Abi-Sâmara, Gadamer afirmou que em seus últimos livros, o poeta “se aproxima cada vez mais do silêncio sem fôlego, de um mutismo em que as palavras se tornaram crípticas”. Os títulos de

dois de seus livros falam justamente de um sopro, de uma “mudança de ar” (Atemwende) e esta é até mesmo uma de suas definições de poesia, como aparece em O Meridiano.

O sopro que Jean-Luc Nancy nos exorta a ouvir em Shoah – na palavra hebraica e suas infundáveis proliferações - talvez seja justamente a poesia, essa virada de ar, esse deslocamento de sentido que Celan renovadamente provoca. Um dos poemas de Hausto-cristal inicia-se com a imagem de uma ferida no ar. Assim, ainda uma vez, encontramos em Celan manobras aéreas: o céu produz destroços (“Himmelwracks”) e tornou-se terrivelmente pesado, pois há uma cova nos ares (*ein Grab in den Lüften*). À sombra dessa ferida aberta, resistimos. “Com tudo o que aí tem lugar,/ mesmo sem/ linguagem”. (GADAMER, 2005, p. 90.)

-----

\* **Leila Danziger** é artista plástica e professora do Instituto de Artes da UERJ. Graduiu-se em Artes pelo Institut d'Arts Visuels, Orléans, França, e concluiu o doutorado em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

## Referências

AGAMBEM, Giorgio. *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

AGAMBEM, Giorgio. *Ce qui reste d'Auschwitz*. Paris: Payot, 1999.

ARENDDT, Hanna. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. RJ: Jorge Zahar, 1998.

BUBER, Martin. *Deutschtum und Judentum*. Stuttgart: Reclam, 1993.

CELAN, Paul. *La rose de personnel/ Die Niemandrose*. Trad. Martine Bruda. Paris: Le Nouveau Commerce, ed. Bilíngue, 1979.

CELAN, Paul. *Ausgewählte Gedichte*. Frankfurt: Suhrkamp, 1968.

CELAN, Paul. *Cristal*. Trad. Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COHEN, Brigitte-Fanny. Elie Wiesel. *Qui êtes-vous?* Paris: La Manufacture, 1987.

DWORK, Debórah e JAN VAN PELT, Robert. *Auschwitz*. Von 1270 bis heute. Zürich: Pendo, 1996.

ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FELMAN, Shoshana. *Au sujet de Shoah*. Paris: Belin, 1990.

GADAMER, Hans-Georg. *Quem sou eu, quem és tu?: comentário sobre o ciclo de poemas Hausto-Cristal de Paul Celan*. Tradução e apresentação: RAQUEL ABI-SÂMARA. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

GUINSBURG, Jacó. *Aventuras de uma língua errante*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

Haidu, Peter. The Dialectics of Unspeakability. In: FRIEDLANDER, S. (Org.), *Probing the limits of representation*. Harvard, 1992.

HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, Testemunho, Arte e Trauma. In: SELIGMAN-SILVA, M. e NESTROVSKI, A. (Org.) *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

KLEMPERER, Victor. *Os diários de Victor Klemperer*. Testemunho clandestino de um judeu na Alemanha nazista, 1933 – 1945. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LA CAPRA, Dominick. Notes to page 109-110. In: FRIEDLANDER, Saul (Org.) *Probing the limits of representation*. Nazism and “The Final Solution”. London: Harvard University Press, 1992.

LACOUÉ-LABARTHE, P. NANCY, J.L. *O Mito Nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- LEVI, Primo. *A trégua*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELAMED, Meir Metzliah (tradução). *A Lei de Moisés e as Haftarot*. Rio de Janeiro: Congregação Religiosa Israelita Beth-El, 3ª edição, 1962.
- NANCY, Jean-Luc. Un souffle/ Ein Hauch. In : BERG, Nicolas. *Shoah – Formen der Erinnerung: Geschite, Philosophie, Literatur, Kunst*. Munique: Pendo, 1996.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: *Les Lieux des Mémoire* (La République). Paris: Gallimard, 1984.
- RICOEUR, Paul. *Histoire et Verité*. Paris: Le Seuil, 1964.
- SARTRE, Jean-Paul. *Réflexion sur la question juive*. Paris: Paul Morihien, 1946.
- SCHOENBERNER, Gerhard. *Haus der Wannsee Konferenz*. Dauerausstellung, Katalogbroschüre. Berlin: Hentrich, 1998.
- SELIGMANN-SILVA, M. e NESTROVSKI, A. (Org.) *Catástrofe e Representação*. SP: Escuta, 2000.
- SPIELMANN, Jochen. Oswiecim wird um Auschwitz gestritten. In: YOUNG, James (Org). *Mahnmale des Holocaust*. Munique: Prestel, 1994.
- YOUNG, James. *Beschreiben des Holocaust*. Frankfurt: Suhkamp Taschenbuch, 1997.
- YOUNG, James. *Mahnmale des Holocausts*. Munique: Prestel, 1994.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. Les Juifs et la mémoire et le présent. Tome III. Paris: La Découverte, 1995.